



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

PARECER JURÍDICO

"DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, INCISO IV, COMBINADO COM O ART. 79. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE CONSERVAÇÃO GERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026. PESQUISA DE PREÇOS COM COTAÇÃO ÚNICA. OBJETO MISTO COM TARIFA UNIFORME. LEI MUNICIPAL Nº 2875/2021 QUE RESERVA À CÂMARA MUNICIPAL O DIREITO DE UTILIZAR E PRESERVAR A PRAÇA JUSCELINO KUBITSCHKEK. PROCESSO REGULARMENTE INSTRUÍDO."

Processo Administrativo: Chamamento Público nº 01/2026

Assunto: Análise Processo Administrativo de Credenciamento.

Objeto: Credenciamento empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica e serviços gerais de conservação, sob demanda, nas dependências da sede da Câmara Municipal de Abaeté/MG e na Praça Juscelino Kubitschek.

RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, por meio de correspondência eletrônica oriunda do Setor de Licitações e Compras desta Câmara Municipal, em 26 de maio de 2026, de autoria do Agente de Contratação Wdson Pereira Trindade, o Processo Administrativo nº 38/2026, para fins de emissão de parecer jurídico prévio, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, previamente à ratificação pela Presidência e à publicação oficial do certame.

O processo tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica e serviços gerais de conservação, a serem executados sob demanda nas dependências internas e externas da sede da Câmara Municipal de Abaeté/MG, bem como na Praça Juscelino Kubitschek, adotando-se o sistema de "balcão permanente" pelo prazo de 12 (doze) meses. O valor da hora técnica foi fixado unilateralmente pela Administração em R\$ 200,00 (duzentos reais), com estimativa de 144 (cento e quarenta e



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

quatro) horas anuais, perfazendo o valor global máximo estimado de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- (I) Documento de Formalização de Demanda;
- (II) Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- (III) Termo de Referência;
- (IV) Consolidação de Preços (Anexo II);
- (V) Matriz de Análise e Gerenciamento de Riscos; e
- (VI) Edital de Chamamento Público nº 01/2026, com os Anexos.

É o Relatório. Passa-se à fundamentação.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Do Credenciamento como Hipótese de Inexigibilidade de Licitação

Com o propósito de alicerçar a conclusão esposada ao final, cabe analisar, em primeiro plano, a adequação do enquadramento legal adotado pela Administração.

A contratação foi modelada sob a vertente de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021. O art. 74, inciso IV, do referido diploma legal autoriza a contratação direta por inexigibilidade quando o objeto devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento. O art. 79, por sua vez, disciplina o procedimento do credenciamento.

O enquadramento é correto. Os serviços de manutenção elétrica, hidráulica e de conservação predial comportam a contratação simultânea de múltiplos prestadores habilitados, sem preferência entre eles, que é precisamente a hipótese prevista pelo legislador no dispositivo invocado. A fixação unilateral do preço pela Administração, aceita pelos interessados como condição de ingresso no rol de credenciados, afasta qualquer elemento de competição por preço que tornaria o processo incompatível com a inexigibilidade. O critério de rotatividade adotado para a convocação das empresas credenciadas respeita a isonomia entre os contratados. O regime jurídico adotado está, portanto, em conformidade com a lei.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

Da Instrução Processual

O processo encontra-se razoavelmente instruído. A existência de Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Consolidação de Preços e Matriz de Análise e Gerenciamento de Riscos atende, em linhas gerais, às exigências dos arts. 18 e 72 da Lei nº 14.133/2021. O ETP demonstra com suficiência a necessidade da contratação, a justificativa para a escolha da modelagem por credenciamento e a estimativa de horas com base no histórico de demandas do prédio e da praça. A dotação orçamentária está identificada nos autos, sob o elemento 01.031.0001.2166, natureza de despesa 3.3.90.39.00. A Minuta de Contrato (Anexo IV) apresenta cláusulas adequadas ao modelo de execução sob demanda, com previsão de emissão de Ordem de Serviço prévia, critério de rotatividade, prazo de vigência de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, e cláusula de sanções administrativas em conformidade com o art. 156 do mesmo diploma.

Da Pesquisa de Preços e da Demonstração de Compatibilidade

A Consolidação de Preços (Anexo II) registra a realização de pesquisa direta junto a fornecedores do ramo, metodologia prevista no ordenamento como fonte válida de aferição de preços. Em razão da dinâmica do mercado local e da necessidade de dar continuidade ao processo administrativo, a Administração optou pelo orçamento disponível como parâmetro inicial para a fixação do valor da hora técnica em R\$ 200,00 (duzentos reais).

A metodologia adotada, embora de aplicação subsidiária nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, não implica, por si só, irregularidade do certame. Registra-se, ademais, que em processos de credenciamento com preço prefixado, a adesão voluntária dos interessados ao valor fixado pela Administração constitui indício prático relevante de sua compatibilidade com o mercado, elemento que não pode ser desconsiderado na avaliação do processo.

A título de recomendação, sugere-se que, por ocasião de eventual renovação ou prorrogação do certame, a Administração realize novas pesquisas de preços com pluralidade de fontes, em atenção ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, de modo a conferir maior robustez à demonstração de adequação econômica do valor contratado.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

Do Objeto com Tarifa Única

O Termo de Referência adota modelo de remuneração unificado, fixando a taxa horária de R\$ 200,00/h para o conjunto das atividades previstas no objeto, que abrange manutenção elétrica predial, manutenção hidráulica, limpeza de calhas, manutenção de telhados e apoio logístico em eventos da Câmara Municipal.

A opção pela tarifa única simplifica a gestão contratual e é compatível com a lógica do credenciamento por hora técnica, na medida em que o prestador é remunerado pelo tempo efetivamente empregado, independentemente da natureza específica da intervenção. A título de sugestão, recomenda-se que, em eventual revisão do Termo de Referência, a Administração avalie a conveniência de apresentar justificativa expressa quanto à razoabilidade do valor único para o conjunto das prestações, o que conferiria maior transparência ao processo. A ausência dessa justificativa, contudo, não configura vício que invalide o certame.

Da Inclusão da Praça Juscelino Kubitschek

O Termo de Referência e o Edital de Chamamento Público nº 01/2026 preveem que os serviços de manutenção abrangerão também a Praça Juscelino Kubitschek, descrita nos documentos como espaço público sob responsabilidade administrativa da Câmara Municipal.

O título jurídico que habilita sua inclusão está presente nos autos, ou seja, a Lei Municipal nº 2875/2021, sancionada pelo Prefeito Municipal, em 18 de outubro de 2021, que reservou expressamente à Câmara Municipal de Abaeté/MG o direito de utilizar, preservar e executar obras de revitalização e paisagismo no imóvel de propriedade do Município correspondente à Praça Juscelino Kubitschek, matriculado sob nº 27.944 do Livro 2-RG do Cartório de Registro de Imóveis, determinando ainda, em seu art. 2º, que as despesas com utilização, preservação, revitalização e paisagismo da área corram por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Presente, portanto, o embasamento legal que legitima a inclusão do logradouro no objeto da contratação e fica afastada qualquer irregularidade quanto à referida extensão dos serviços à Praça Juscelino Kubitschek.



Câmara Municipal de Abaeté

Poder Legislativo Municipal – Estado Minas Gerais

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica, com os apontamentos expendidos, opina pela viabilidade jurídica do Processo Administrativo nº 38/2026, reconhecendo a legitimidade do enquadramento da contratação no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021; a adequação do critério de rotatividade adotado para a convocação das empresas credenciadas; a suficiência da instrução processual, nos termos dos arts. 18 e 72 da mesma lei e a regularidade da inclusão da Praça Juscelino Kubitschek no objeto da contratação, devidamente amparada pela Lei Municipal nº 2875/2021.

Recomenda-se, ainda, a publicação do instrumento autorizador da inexigibilidade e dos contratos celebrados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura de cada contrato, condição indispensável para a eficácia dos instrumentos nos termos do art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

É o Parecer, salvo melhor juízo, que se submete ao juízo do Presidente da Câmara Municipal de Abaeté para as providências cabíveis.

Abaeté/MG, 27 de maio de 2026.

Marcos da Costa Resende
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 94.831